



BALANÇO DE GESTÃO

BIÊNIO 2015/2017



ANADEP

Associação Nacional dos Defensores Públicos

EXPEDIENTE



CONSELHO DIRETOR

- I - Diretor Presidente – Joaquim Neto (MA)
- II - Diretor Vice-Presidente – Marta Beatriz Tedesco Zanchi (RS)
- III - Diretora Vice-Presidente Administrativa - Thaisa Oliveira (PR)
- IV - Diretora 1ª Secretária – Marialva de Sena Santos (PA)
- V - Diretor 2º Secretário – Carlos Eduardo Bruno Marietto (MS)
- VI - Diretor 1º Tesoureiro – David Sérgio da Silva Brito (DF)
*Eduardo Bechapeche (DF) em 2015
- VII - Diretor 2º Tesoureiro – Vago
- VIII - Diretor para Assuntos Legislativos – Clarice Viana Binda (MA)
- IX - Diretor Jurídico – Patrícia Kettermann (RS)
- X - Diretor Vice-Presidente Jurídico-Legislativo – Arilson Malaquias (PI)
- XI - Diretora de Relações Internacionais – Adriana Burger (RS)
- XII - Diretor de Eventos – Sérgio Lima (PA)
- XIII - Diretor de Comunicação – André Villas Boas (RO)
- XIV - Diretor de Articulação Social – Heitor Baldez (MG)
- XV - Diretor dos Aposentados – Humberto Tróccoli (PB)



Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP
Composição da Diretoria - Biênio 2015/2017
Gestão "União e Trabalho"

COORDENAÇÕES REGIONAIS

- NORTE – Helom Nunes (AM)
- NORDESTE – Maria Madalena Abrantes Silva (PB)
- CENTRO-OESTE – Fábio Monteiro dos Santos (TO)
- SUL – Ronaldo Francisco (SC)
- SUDESTE – Maria Carmen de Sá (RJ)

CONSELHO CONSULTIVO

- I - Franciane de Fátima Marques (SP)
- II - Gláucia Amélia Silveira Andrade (SE)
- III - Igor Melo de Araújo (RN)
- IV - Ariana de Sousa Silva (BA)
- V - Gerson Boaventura de Sousa (AC)
- VI - Gabriela Larrosa de Oliveira (ES)

CONSELHO FISCAL

TITULARES:

- I - Edmundo Antonio de Siqueira Campos de Barros (PE)
- II - Eduardo Cavalieri (MG)
- III - Fernanda Cícero de Sá (MT)

SUPLENTES:

- IV - Vago
- V - Vago
- VI - Vago

ESCOLA NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS – ENADEP

Diretora-acadêmica: Fernanda Mambrini Rudolfo

*Ano de 2015: Gabriel Furtado (MA)

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Gerente Administrativo: Virgínia Maria Motta da Silva

Responsável pelo Financeiro: Ana Amélia Maia

Auxiliar Financeiro: Rodrigo Lopes Matias

Auxiliar Administrativa: Maria Aparecida Castro de Aguiar

Assessora de Comunicação Social (Coordenadora): Karyne Graziane

Assessor de Comunicação Social: Luís Gustavo Nova

Estagiária de Comunicação Social: Stephanny Guilande

EXPEDIENTE DESTA PUBLICAÇÃO

Redação: Karyne Graziane

Edição: Karyne Graziane / Stephanny Guilande

Concepção Gráfica: Bah Comunicação

Fotos e arquivos: ASCOM ANADEP / arquivo ANADEP / Luis Nova

anadep.org.br



ANADEP.official



anadepbrasil



@ANADEP_Brasil

SCS Quadra 01 | Bloco M | Ed. Gilberto Salomão | Conj. 1301 | Brasília/DF

Tel | Fax: +55 61 3963 1747 | 3039 1763





Carta do PRESIDENTE

CHEGAMOS AO FINAL DE MAIS UM BIÊNIO!

Enfrentamos um período de muita turbulência política e econômica, mas graças ao trabalho e dedicação dessa diretoria, conseguimos avançar em vários planos. Antes mesmo de destacá-los, gostaríamos de agradecer a honra de representar os quase seis mil Defensores Públicos Estaduais e do Distrito Federal, bem como agradecer a todos os diretores, presidentes estaduais, colaboradores e demais parceiros que nos acompanharam nessa jornada.

Quando iniciamos o biênio, que ora se encerra, o Brasil ainda não havia entrado na grave crise política e econômica, que terminou por alterar substancialmente os rumos da Nação. No planejamento tínhamos objetivos claros a serem alcançados, sendo o primeiro deles, a efetivação da Emenda Constitucional 80/2014. Outros planos passavam pela reforma da nossa Lei Orgânica Nacional (Lei Complementar 80/94), a criação do Conselho Nacional da Defensoria Pública (CNDP), o monitoramento dos projetos de Emendas Constitucionais nos Estados, bem como as adequações das Leis Orgânicas Estaduais e a busca do respeito absoluto à autonomia da Defensoria Pública.

Todas as instituições sentiram as consequências da crise política e econômica. O orçamento dos Estados diminuiu e com isso os recursos tenderam a reduzir ou no máximo estabilizarem. Para a Defensoria Pública – que precisa alcançar a estatura da sua reponsabilidade constitucional de prestar assistência jurídica integral e gratuita a todos os vulneráveis do nosso país – a dificuldade diminuiu o ritmo de crescimento outrora alcançado, e, por conseguinte, restou ameaçado o cumprimento dos termos da Emenda 80/2014.

Ainda assim, a Defensoria Pública cresceu, aumentamos o nosso alcance, passando hoje de mais de 40% das Comarcas. Nomeamos Defensores Públicos em vários estados, a exemplo do Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Rondônia.

Os últimos dois anos também nos trouxeram resultados interno e externamente, frutos de árduo trabalho da diretoria, bem como de todos os presidentes, diretores estaduais e colegas Defensores Públicos que participaram das Assembleias Gerais e inúmeras convocações, seja para atuação legislativa, judicial ou mesmo perante o Poder Executivo nacional e estadual.

No âmbito legislativo, trabalhamos com o Congresso Nacional de composição mais conservadora das últimas décadas, com a preponderância de uma pauta de retrocessos: redução da maioria penal; estatuto da família; lei antiterrorismo, com a criminalização dos movimentos sociais; limitação dos direitos das mulheres; tentativa de mutilação da audiência de custódia e outros.

Essa pauta violadora de direitos nos exigiu um poder de reação maior. Assim demos continuidade ao trabalho denominado de “Pauta do Bem”, que para além de dezenas de notas técnicas e audiências públicas, ainda apresentou sugestões de textos legislativos, tais como a possibilidade de registro de nascimento por maiores de 16 anos sem assistência e a proibição da revista vexatória no SINASE.

Com a piora do ambiente político e econômico, outras pautas também chegaram ao Congresso Nacional. Estas pautas traziam o discurso de equilíbrio ambiental, mas impunham sérios riscos às instituições e aos servidores públicos em geral. Nesse ponto, um dos maiores desafios foi o PLP 257/2016, que versou sobre a renegociação da dívida dos Estados, mas trazia uma série de contrapartidas, dentre as quais, a aplicação para a Defensoria Pública de percentual pequeno na Lei de Responsabilidade Fiscal para gasto com pessoal, como também a alteração da rubrica de pessoal com a inclusão de terceirizados e inativos, o congelamento do orçamento, impossibilidade de aumento salarial para os servidores, dentre outras. Tais medidas, traziam prejuízos de imediato para mais de 15 Defensorias Públicas, o que nos levou a fazer uma grande mobilização, onde contamos com centenas de Defensores Públicos de todo o país.

Junto ao Poder Judiciário, reafirmamos entendimentos e garantimos novos posicionamentos de extrema importância à Defensoria Pública. Em maio de 2015, o Supremo Tribunal Federal reafirmou a nossa legitimidade para a propositura das Ações Cíveis Públicas. Em maio de 2016, o plenário negou o pedido cautelar na ADI 5296, ratificando a autonomia da Defensoria Pública.

A presença da ANADEP, com várias audiências e o diligenciamento constante, nos trouxe ainda importantes decisões monocráticas e de plenário no que diz respeito às questões orçamentárias, como a obrigatoriedade da Defensoria Pública participar da discussão prévia da LDO, a impossibilidade dos governadores cortarem unilateralmente a proposta orçamentária encaminhada pela Defensoria Pública e a obrigatoriedade do repasse de duodécimos, nos mesmos moldes do Poder Judiciário e do Ministério Público (ADI 5381, ADI 5287 e ADPF 339).

Na ADI 5286, do Amapá, o STF julgou parcialmente inconstitucional a Lei Complementar que criaria a Defensoria Pública, em importante avanço na criação da Defensoria Pública do Estado do Amapá, tendo a ANADEP firmado termo de compromisso com o governo e se encontra em tratativas e cooperação direta para a adequação da lei declarada parcialmente inconstitucional e confecção do edital do primeiro concurso.

Noutro aspecto, fizemos a defesa de questões nacionais tais como o ajuizamento da Reclamação Constitucional e o ingresso como *amicus curiae* na ADPF 347, que versa sobre o sistema carcerário e impõe a implantação das Audiências de Custódia em todo o país. A epidemia do vírus zika e a omissão do Estado brasileiro nos impôs a obrigação de propormos a ADI 5581 com o objetivo de implementação de políticas públicas.

Nossa relação com o Executivo Federal também merece destaque. Foram várias reuniões na Presidência da República, no Ministério da Justiça e em outros Ministérios e Secretarias, sempre na busca dos avanços necessários à Defensoria Pública. No Ministério da Justiça, seguimos na interlocução direta com a Secretaria de Reforma do Judiciário, até a extinção da mesma, bem como com a Secretaria de Assuntos Legislativos e Departamento Penitenciário Nacional.

O diálogo constante teve como fruto diversas parcerias a exemplo do termo de cooperação entre a Escola Nacional de Defensores Públicos (ENADEP) e Escola Nacional de Mediação (ENAM), que resultou no maior curso de mediação já realizado no âmbito da Defensoria Pública, com mais de 5 mil inscritos. Outro destaque foi o Projeto Defensoria no Cárcere e o lançamento do IV Diagnóstico da Defensoria Pública – instrumento de muita importância política. Recente-

mente, se iniciaram as tratativas com a Secretaria de Direitos Humanos para a criação do concurso que premiará as melhores peças da Defensoria Pública em Direitos Humanos.

Importante mencionar o trabalho da ENADEP, criada brilhantemente pela gestão anterior. A ENADEP contribuiu para a realização de mais de uma dezena de eventos. Iniciou suas atividades com a assinatura de um termo de cooperação com a Secretaria de Reforma do Judiciário, que resultou na execução de cinco seminários “Um novo olhar sobre o conflito” em todas as regiões do país e culminou no já mencionado curso em parceria com ENAM, denominado “Fundamentos da mediação para a Defensoria Pública”.

Realizamos o XII Congresso Nacional dos Defensores Públicos, em Curitiba, nos dias 04 a 07 de novembro de 2015, momento ímpar para a carreira, que se reúne e discute temas de grande relevância. Na oportunidade, foi escolhida a cidade de Florianópolis para sediar o XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, que já se encontra em fase de preparação com máxima dedicação.

A diversidade também foi tratada através do “I Fórum de Defensorias Públicas e Direitos LGBTI”; lançamento do “Relatório nacional de atuação em prol da Diversidade Sexual e Identidade de Gênero” e organização do “II Fórum LGBTI de Defensorias Públicas e Direitos: Mulher Lésbica Cidadã”.

Como escopo de ampliar o diálogo com a sociedade, realizamos o “I Encontro Nacional da Defensoria Pública com os Movimentos Sociais”. Ainda, merecem menção o ciclo de palestras “Um novo olhar sobre a Defensoria Pública” realizado na Paraíba, o Seminário

“A Defensoria Pública e a Garantia de Direitos no Âmbito Internacional”, ocorrido no Rio Grande do Sul e o “1º Curso de Qualificação em Saúde Pública” executado no Rio de Janeiro.

Entre os pilares do trabalho realizado nesse biênio encontra-se a Comunicação, que há muito vem se destacando e realizando suas atribuições com excelência. Além das postagens diárias, que trazem criação e notícias exclusivas, replica os fatos de maior relevância para a Defensoria Pública, e, nesses dois anos, coordenou a criação e execução de três Campanhas Nacionais. Em 2015, trabalhou com maestria a Campanha Nacional cujo tema foi “Defesas Coletivas”. Em 2016, foram trabalhadas a Campanha anual “Acesso à saúde” e a Campanha Institucional Permanente “Garantir o seu direito é o nosso maior feito”, tendo a ANADEP alcançado ampla divulgação nacional, em rádios, jornais e televisão de todo o país, inclusive com a divulgação do vídeo institucional em rede nacional.

Outro ponto que merece ser lembrado com alegria é o “Projeto Falando Direito”. Sabemos que a educação em direitos é uma das mais importantes atribuições dos Defensores Públicos. É essa disseminação de conhecimento que solidifica o papel institucional da Defensoria Pública como agente de efetiva transformação social, possibilitando, ainda, a ampliação do exercício dos demais papéis da instituição. Com esse objetivo, a ANADEP uniu-se à Associação dos Magistrados do Distrito Federal (AMAGIS) e ao Aula Móvel e criou um curso de educação em direitos voltado para alunos, pais e professores, da rede pública de ensino, funcionando no modelo presencial, com o projeto piloto realizado no Distrito Federal, e, no formato de ensino a distância. Em dezembro último, foi formada

primeira turma presencial, com mais de 100 alunos, oportunidade na qual o Superior Tribunal de Justiça sinalizou interesse em compor o projeto.

Os relacionamentos com outras instituições ou mesmo no âmbito da Defensoria Pública foi pauta constante. Nesse sentido, a ANADEP manteve proximidade com o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), tendo participado de todas as reuniões do colegiado, bem como construído diversas pautas e atuações conjuntas de grande importância. A ANADEP igualmente estreitou relacionamento com outras instituições de âmbito nacional, a exemplo da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE), a Associação Nacional do Ministério Público (CONAMP) e a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB).

A agenda internacional da Associação Nacional durante os dois anos foi bastante intensa. Entre as principais pautas destacaram-se reuniões e congresso da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEP), participações nos eventos da Organização dos Estados Americanos (OEA), sorteio para intercâmbios nos países membros da AIDEP e agenda do BLODEPM. A ANADEP foi escolhida para assumir a subcoordenação do Comitê Executivo da AIDEP e integrar o GT de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade do BLODEPM. Releva destacar ainda, a indicação pela ANADEP da primeira mulher para o cargo de Defensora Pública Interamericana.

Em nossa gestão, a Defensoria Pública foi incluída como legitimada para o ingresso de Mandado de Injunção Coletivo. A diretoria da ANADEP subsidiou a produção do texto, com nota técnica e atuação junto aos senadores. A lei que disciplina o processo e julgamento do mandado de injunção individual e coletivo foi sancionada em junho de 2016.

Finalmente, antes de reiterarmos os agradecimentos e a honra do exercício da representação nacional da Defensoria Pública, devemos reconhecer que o trabalho que hoje se encerra, na verdade traduz-se na continuidade do esforço e dedicação empreendidos pelas gestões anteriores, que com extrema competência e zelo levaram a ANADEP ao patamar político e institucional que hoje possui. Também se impõe ressaltar a importância do trabalho magnífico realizado pelo corpo administrativo da ANADEP, que nos passam as condições necessárias para a execução de nossas tarefas diárias.

Mais uma vez, obrigado aos diretores, presidentes, colaboradores e a todos os Defensores Públicos do nosso país, pelo trabalho, dedicação e compromisso que levaram ao êxito desse trabalho e pela honra de representá-los.

ÍNDICE



Marco 01 - Trabalho pela manutenção da Autonomia da Defensoria Pública.....	8
Marco 02 - Atuação no Legislativo.....	10
Marco 03 - Pauta do Bem é destaque no trabalho legislativo.....	15
Marco 04 - Relações institucionais com as demais carreiras do sistema de Justiça.....	19
Marco 05 - Atuação no STF.....	20
Marco 06 - Campanhas Institucionais.....	22
Marco 07 - Trabalho conjunto da ANADEP e das Comissões Especiais.....	26
Marco 08 - Lançamento do Projeto Falando Direito.....	29
Marco 09 - Defensoria no Cárcere.....	30
Marco 10 - IV Diagnóstico sobre a Defensoria Pública.....	31
Marco 11 - Atuação internacional.....	32
Marco 12 - Atuação pela correta implantação da Defensoria nos estados.....	35
Marco 13 - ANADEP entra com Ação no STF para garantir políticas públicas às mulheres e crianças afetadas pelo Vírus Zika no Brasil.....	37
Marco 14 - Conselho Nacional da Defensoria Pública.....	38
Marco 15 - Congresso Nacional de Defensores Públicos.....	39
Marco 16 - Diálogo permanente com o CONDEGE.....	40
Marco 17 - Clube de Vantagens ANADEP.....	41
Marco 18 - Diretoria de comunicação: planejamento e estratégia.....	42



A autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública é essencial para a consolidação da Instituição e para a sua ampliação em todas as comarcas.

#DefensoriaSim

Em abril de 2015, a Presidência da República foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) tentar cassar a autonomia da Defensoria Pública da União por meio da **Ação Direta de Inconstitucionalidade 5296**. Em um esforço concentrado da ANADEP e das Associações Estaduais, a categoria mobilizou-se para que a Defensoria não perdesse suas prerrogativas já asseguradas na Constituição Federal. A diretoria traçou diversas linhas de atuação como: entrega de memoriais aos ministros; contratação de escritório de advocacia; publicação de artigos na imprensa; notas públicas sobre o tema; e também o ingresso de *amicus curiae* no julgamento da ADI; e reunião com diversas entidades do sistema de Justiça.



Outra iniciativa foi a realização do I Encontro Nacional da Defensoria Pública com os Movimentos Sociais. O evento promoveu o debate entre lideranças dos movimentos sociais, a sociedade civil organizada e representantes da Defensoria Pública nacional. A iniciativa foi da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), com o apoio da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG) e da Defensoria Pública mineira (DPE-MG). Entre os palestrantes destacaram-se o cantor, compositor e ativista social, Tico Santo Cruz, e a socióloga e ouvidora-geral da Bahia, Vilma Reis.



20/05/2015 - 13:15

Representantes da Associação de Procuradores reafirmam apoio à autonomia da Defensoria em reunião com Defensor Público-Geral de SP

Fonte: AssomDPE-SP
Estado: SP

O Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (Apeap), Caio Cesar Guzzardi da Silva, acompanhado da Secretária Geral e do Diretor Financeiro da entidade, Anna Candida Alves Pinto Serrano e José Carlos Cabral Granado, foi recebido, na última sexta-feira, 22 de maio, pelo Defensor Público-Geral, Rafael Valle Veraschi, e pelo 2º Subdefensor, Bruno Napolitano.

Na ocasião, os representantes da Apeap manifestaram total apoio à autonomia constitucional da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e repúdio ao pedido do Procurador-Geral do Estado de ingresso como *amicus curiae* na ADIN 5296, que questiona a autonomia da Defensoria Pública da União e do Distrito Federal.

Pela manhã do mesmo dia, a Vice-Presidente da entidade, Marcia Junqueira Sallowicz Zanotti, manifestou-se, no Conselho Superior da Defensoria Pública, fazendo a leitura de nota pública

06/09/2016 - 13:18

#DefensoriaSim: Moção da AIDEF em apoio às Defensorias

Fonte: AssessorDFP-PA
Estado: PA

#DefensoriaSim

A Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF) aprovou por unanimidade moção de apoio às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal, que lutam contra Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questiona Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede autonomia a essas instituições.

O presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege), Luis Carlos de Aguiar Portela, e o Defensor Público Geral Federal, Hamam Córdova, defenderam a proposição aprovada junto à Associação Interamericana de Defensores Públicos (AIDEF), ressaltando a importância do fortalecimento das Defensorias Públicas e a manutenção dos avanços alcançados em toda a América Latina.

Toda essa sustentação aconteceu durante encontro da entidade em Santiago, no Chile, no último dia 6. Na ocasião, Portela salientou a necessidade de apoio da AIDEF às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questiona a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede autonomia a essas instituições.

O presidente do Condege observou que no caso de uma remota possibilidade de ser julgada procedente, a ADI seria um grande retrocesso, com efeito devastador e em cascata às Defensorias não só do Brasil como do mundo, gerando precedente perigoso e ofensivo às resoluções da Organização dos Estados Americanos (OEA), que recomenda aos países signatários que concedam autonomia às suas respectivas Defensorias.



Julgamento

O julgamento da ADI 5296 iniciou em outubro de 2015 e foi interrompido por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli. Em maio de 2016, por 8 votos a 2, o plenário do STF negou a medida cautelar pleiteada na ADI. O presidente da ANADEP, Joaquim Neto, defensores públicos-gerais e representantes da ANADEF acompanharam a sessão.

Conforme o presidente da ANADEP, Joaquim Neto, a mobilização da categoria foi fundamental para o resultado do julgamento. "A autonomia da Defensoria Pública significa ampliar o acesso à Justiça para a população mais vulnerável do nosso país", pontua. Em novembro de 2016, o Supremo publicou o acórdão do julgamento da ADI 5296. Haverá novo julgamento para votarem o mérito.



"A EC 80/2014 – também conhecida como PEC da Defensoria para todos – constitui enorme avanço. Ela determina que os entes federativos devem dotar todas as comarcas de defensores públicos. Os defensores públicos são instrumentos eficazes para o direito autônomo do acesso à justiça." – Ministro Ricardo Lewandowski durante o julgamento da ADI 5296.

Ainda nesta gestão foi criada a Comissão Especial para Autonomia das Defensorias Públicas. O grupo tem por objetivo discutir e acompanhar projetos de lei relacionados com o tema. A ideia é trabalhar de forma unificada e estratégica para garantir a ampliação e o fortalecimento da Defensoria Pública a nível nacional, além de promover a conscientização da importância da matéria junto à sociedade.



Presença constante no Congresso Nacional e mobilização da categoria para a defesa das proposições de interesse da categoria.

#ANADEP no Legislativo

Um dos grandes marcos desta gestão foi a atuação no Legislativo. Ao longo desses 24 meses de trabalho, a ANADEP e os representantes das Associações Estaduais visitaram semanalmente o Congresso Nacional para tratar com deputados e senadores sobre os pleitos dos defensores públicos estaduais, sobre as matérias afetas à Defensoria Pública e para acompanhar de perto as pautas relacionadas aos Direitos Humanos. A Associação Nacional intensificou o trabalho de corpo a corpo com os parlamentares. Foram diversas as convocações para atividades legislativas e assembleias gerais para definir as estratégias de atuação. A Associação também se reuniu diversas vezes com a assessoria parlamentar para traçar as estratégias das atividades.

É importante frisar que os últimos dois anos foram muito difíceis principalmente no campo político. Além da crise na economia, o país passou por diversas situações que abalaram o cenário nacional como o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.

Nesse contexto, surgiram vários projetos de lei e emendas constitucionais que ameaçaram a estabilidade e a paridade entre as carreiras. Assim sendo, a ANADEP concentrou seus esforços na manutenção das suas conquistas e buscou o tratamento isonômico para os defensores em relação às demais carreiras do sistema de Justiça.

“Trabalhamos incansavelmente. Dialogamos com todos os parlamentares e todas as bancadas partidárias. Nosso foco foi garantir a efetividade da EC 80/2014 e impedir que houvesse retrocessos na ampliação e no fortalecimento da Defensoria Pública. A participação da ANADEP no Legislativo é ímpar. É primordial este trabalho que fazemos percorrendo todo o Congresso. É a oportunidade que temos para sensibilizarmos os parlamentares sobre a importância e a necessidade de fortalecermos a nossa Instituição”, destaca o presidente da ANADEP, Joaquim Neto.



No dia 6 de dezembro último, durante assembleia geral ordinária, a diretora para assuntos legislativos da ANADEP, Clarice Binda, entregou relatório das atividades da pauta no último biênio. O documento é um levantamento com os projetos que foram acompanhados pela ANADEP nos últimos dois anos. Entre as pautas-bombas e que tiveram atenção especial destacam-se:

PEC 443/2009: Parâmetros de Remuneração

Com atuação da ANADEP, após deliberação em AGE, a Câmara dos Deputados aprovou o 1º turno da PEC 443/2009. O texto contempla, além dos defensores públicos, os advogados públicos federais e estaduais, e delegados de polícia.

PLP 234/2016 – Mudança nos critérios de Hipossuficiência

A ANADEP atuou rapidamente e conseguiu articular designação de relator alinhado com a Defensoria, o deputado Lincoln Portela (PRB/MG), para rejeitar o PLP.

PEC 62/2015 – Vedação de Vinculação Remuneratória

A ANADEP trabalhou para inclusão da Defensoria nos mesmos termos da Magistratura e do Ministério Público, através de emenda. Com a sua atuação, a Defensoria foi excepcionada, pelo relator, senador Vicentinho Alves (PR/TO), da vedação de vinculação remuneratória.

PL 3123/2015 – Teto Constitucional

O projeto prevê o abatimento no teto de diversas gratificações importantes para o funcionamento da Defensoria. Com a atuação da ANADEP, juntamente com as outras carreiras jurídicas, em reunião com os líderes e com o então relator da matéria, deputado Ricardo Barros (PP/PR), foi possível travar a votação do projeto, dando tempo para novas negociações.

PEC 241/2016 (PEC 55/2016) – Teto de Gastos

A ANADEP apresentou emenda à PEC 241/2016 e trabalhou para assegurar que as Defensorias dos estados ficassem de fora do texto. A PEC não estendeu seus efeitos aos estados.

PLP 257/2016 (PLC 54/2016) – Renegociação das Dívidas dos Estados

O projeto original se mostrava danoso aos servidores dos estados. Com a atuação da ANADEP na Câmara, foi possível retirar todos os dispositivos que previam o congelamento salarial, aumento da contribuição previdenciária e demissão dos servidores.





#ANADEP no Legislativo



#NÃOaoPL257
O PLP 257 significa diminuir a Defensoria Pública, diminuir o Ministério Público e diminuir o Poder Judiciário. Não afeta o seu acesso à Justiça. Não afeta o seu Direito.

NOTA CONJUNTA - PEC 443/09

Nota: Projeto ANADEP
Resumo: 02




...instituição brasileira dos Defensores Públicos - ANADEP e a Associação Brasileira dos Advogados Públicos e do Estado Federal - ANAPE, entre a gestão estadual e a gestão municipal...

...o Projeto que propõe que a gestão do Ministério da Justiça seja realizada por um Conselho de Administração, mantendo o sistema existente entre Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário, do DF e do Estado e os demais órgãos e entidades do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública...

...o Projeto de Constituição, variedade de Procurador e Defensor do Estado, mantendo em sua estrutura os órgãos, com a grande maioria dos Procuradores e Defensores já presentes nas estruturas estaduais e municipais de Defensoria...

...o Projeto de Constituição, variedade de Procurador e Defensor do Estado, mantendo em sua estrutura os órgãos, com a grande maioria dos Procuradores e Defensores já presentes nas estruturas estaduais e municipais de Defensoria...

Brasília, 04 de agosto de 2016.

João de Melo
Presidente da ANADEP

Marcelo Tava
Presidente da ANAPE









No início desta gestão, a vice-presidente da ANADEP, Marta Zanchi, ao lado da diretora para assuntos legislativos, Clarice Binda, deu continuidade a um grande desafio: a **Pauta do Bem**, que visa acompanhar no Congresso Nacional temas relacionados à atuação dos defensores públicos. Durante dois anos, o grupo apresentou projetos e notas técnicas sobre temas relacionados à cidadania, proteção dos Direitos Humanos e o acesso à Justiça. Conforme Marta Zanchi, a “Pauta do Bem” foi uma ferramenta eficaz para dialogar com os parlamentares sobre o papel do defensor público estadual e para mostrar a importância da Defensoria Pública para as camadas mais vulneráveis da sociedade.



Nesse sentido, as Comissões Especiais da ANADEP – criadas na gestão 2013/2015 – foram de fundamental importância e contribuíram na construção de notas técnicas sobre temas diversos. Ao todo, foram mais de 30 documentos protocolados na Câmara e no Senado. Destaque para as Comissões da Infância e Juventude; Diversidade Sexual; e Saúde.

Nesse período, os defensores públicos foram convidados para diversas audiências públicas na Casa. Além disso, a ANADEP estreitou relações com diversas entidades para trabalharem juntas a “Pauta do Bem”, como a Fundação Abrinq, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Rede Justiça Criminal.



Entre as pautas de destaque estão: redução da maioria penal; revista vexatória; audiência de custódia; direitos das crianças e dos adolescentes; adoção; identidade de gênero; atendimento às vítimas de violência sexual; sistema carcerário; área penal; e outros.



Em maio, durante audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado para marcar a passagem do Dia do Defensor Público, o senador Paulo Paim (PT/RS) elogiou a Pauta do Bem. Segundo ele, a Defensoria Pública é agente fundamental de defesa dos direitos humanos, de inclusão social, porque abre aos mais necessitados a possibilidade de exercer a sua cidadania. “Em minha opinião, o fortalecimento das Defensorias tem até mesmo um caráter civilizatório. Os defensores são verdadeiros militantes dos direitos humanos”, disse Paim, ao saudar a categoria.

Além de ser um momento especial, a audiência foi um espaço para a ANADEP apresentar o trabalho feito pelos defensores em todo o país. O evento reuniu deputados, senadores, sociedade civil e representantes das Defensorias Públicas dos Estados e da União.

Redução da maioria penal

A Comissão da Infância e Juventude da ANADEP, que tem como coordenadora a defensora pública Elisa Cruz (RJ), emitiu diversos pareceres e publicou artigos na imprensa sobre a PEC 33/2012. De autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB/SP), a proposta altera a Constituição para reduzir a maioria penal para 16 anos em determinadas circunstâncias, por meio de incidente de imputabilidade a ser proposto pelo Ministério Público.



Ao longo desta gestão, a Comissão realizou diversas reuniões para traçar estratégias de acompanhamento da pauta como: diálogo com os deputados; notas técnicas elaboradas pela Comissão Especial da Infância e Juventude sobre o tema; rodas de conversa; e participação em todas as audiências públicas no Congresso Nacional sobre a redução. Para a Associação Nacional, a PEC é discriminatória e vai atingir, em sua maioria, jovens negros e pobres.



#NãoàRedução

31/03/2018 - 16:32

#NãoàRedução: ANADEP lamenta decisão da CCJ sobre redução maioria penal

Fonte: ASCOM ANADEP
Estado: DF

#NãoàRedução

A Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP – que congrega 26 associações estaduais esclarece que a Entidade é contra a redução da maioria penal. A Associação Nacional não compadecida com a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, que aprovou, nesta terça-feira (31), a constitucionalidade da redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Foram 42 votos a favor e 17 contra.

A ANADEP reafirma sua posição contrária à aprovação da proposta. "O Brasil passou a visualizar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e por isso destinatárias da proteção integral que é dever de todas e única prioridade absoluta no texto constitucional. Nessa linha, é plasmado que toda a pessoa menor de 18 anos de idade merece a proteção do Estado, da família e da sociedade, uma norma inegavelmente garantidora de direitos a todos que possuem de 0 a 18 anos incompletos", destaca a Associação Nacional em nota.

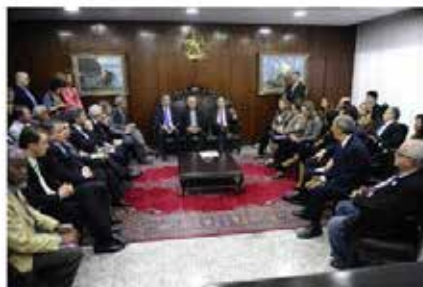
Para a ANADEP, rebaixar a idade penal ou ampliar o tempo de internação dos adolescentes que cometeram atos infracionais em instituições, não diminui o índice de violência.

É importante frisar que a categoria segue mobilizada para que a proposta não seja aprovada. A Comissão Especializada de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Generais (CONDEGE) também divulgou nota pública manifestando repúdio às PECs que pretendem a redução da maioria penal. Outras Defensorias como São Paulo e Espírito Santo manifestaram-se sobre o tema, afirmando que a redução é inconstitucional.

09/07/2015 - 12:02

#NãoàRedução: ANADEP pede que Senado barre a redução da maioria penal

Fonte: Ascom ANADEP *Com informações da Agência Senado
Estado: DF



A vice-presidente da ANADEP, Marta Beatriz Tedesco Zanchi, e a diretora para assuntos legislativos, Clarice Binda, reuniram-se com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), para discutir sobre a Proposta de Emenda à Constituição 171/93 que deve chegar ao Senado em breve. A proposta visa a redução da maioria penal no país de 18 para 16 anos, em casos específicos. Participaram do debate representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e entidades ligadas à proteção dos direitos humanos.

SEMINÁRIO TOLERANTE CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

INSTITUTO
TOLERÂNCIA
ESTÍMULO À VIDA

Dia 5 de maio
às 19 horas.

AUDITÓRIO DO FÓRUM CENTRAL II
Porto Alegre/RS

ENTRADA FRANCA

Exibição do Carta produzido pelo
Instituto Tolerância: PEC 171

Aprovação da Carta de Porto Alegre
contra a Redução da Maioridade Penal

ORGANIZAÇÃO

APOIO



Será fornecido Certificado de Participação para obtenção de horas complementares.

09/04/2015 - 12:58

Bloco dos Defensores Públicos Oficiais do Mercosul manifesta-se contra a redução da maioria penal no Brasil

Fonte: Ascom ANADEP *Com informações BLOCEPM
Estado: DF



O Bloco dos Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLOCEPM) – composto pelas entidades associativas e Defensorias Públicas da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai e Venezuela – divulgou, nesta quarta-feira (8), nota pública afirmando ser contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 171/93), que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal no Brasil. A matéria tramita na Câmara dos Deputados e foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Nesta quarta-feira (8) foi instalada uma Comissão Especial que analisará o mérito (conteúdo) da PEC.

Segundo o BLOCEPM, as questões relativas aos direitos das crianças e dos adolescentes necessitam de análise aprofundada, em especial, porque contam com previsão expressa em Convenções e Tratados assinados pelo Brasil e na própria Constituição Federal. "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Tais fundamentos também compreendem à proteção aos adolescentes autores de atos infracionais que, conforme recomendando pela referida Convenção, e adotada pela integralidade dos países que compõe o Bloque, tem seu limite aos 15 anos de idade", aponta em nota.

Clique aqui e leia a íntegra do documento.

Revista Vexatória

Outra pauta trabalhada intensamente no Congresso Nacional foi a proibição da revista vexatória. Além da entrega de pareceres técnicos sobre o tema, os defensores públicos estaduais participaram de audiências públicas e reuniões com os deputados e senadores. Ao dialogar com os parlamentares sobre a prática, a ANADEP defendeu que a revista deve ser feita com uso de equipamentos eletrônicos, como detectores de metais e aparelhos de raios X.




Audiência de custódia

Desde a gestão anterior, a ANADEP acompanha a tramitação do projeto que trata da implantação das audiências de custódia no país. Entre as estratégias adotadas pela Associação Nacional destacam-se: a participação em audiências públicas, elaboração de nota técnica e diálogo permanente com os representantes da sociedade civil. Além disso, os defensores encaminharam o tema para ser debatido no STF. O projeto original garante a apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante no prazo de 24 horas. Na ocasião serão ouvidos o preso, o posicionamento do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado do preso e serve para o controle da legalidade da prisão provisória e também para a verificação e o combate a maus tratos e tortura.

Em março de 2016, a ANADEP, a Escola Nacional dos Defensores Públicos (ENADEP), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ) discutiram proposta de um curso sobre audiência de custódia. A ideia é que o projeto seja voltado a magistrados e defensores públicos que atuam na área criminal.

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA



Garante a apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante no prazo de 24 horas. Na ocasião serão ouvidos o preso, o posicionamento do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado do preso.

📌 VÍDEOCONFERÊNCIA

A ANADEP é contra a videoconferência. Os defensores públicos estaduais defendem que o preso deve ser ouvido pessoalmente pelo juiz para que haja o controle da legalidade da prisão provisória. Com isso, será possível verificar e combater maus tratos e tortura e, assim, realizar o objetivo da audiência de custódia.



15/10/2015 - 11:57

Joaquim Neto participa de primeira audiência de custódia do Distrito Federal



Novo Código de Processo Penal

A reforma do Novo Código de Processo Penal (PL 8045/10) também teve atenção especial da ANADEP. A Entidade, inclusive, criou uma comissão especial para acompanhar a tramitação da matéria. A ideia é que o grupo possa debater o projeto e apresentar emendas relacionadas à Defensoria.



Comissão da Infância e parceria com a Fundação Abrinq

Há três anos, a Comissão Especial da Infância e Juventude da ANADEP e a Fundação Abrinq mantêm uma parceria para trabalhar a pauta nacional de promoção e proteção de direitos de crianças e adolescentes. Além do trabalho legislativo, as entidades promovem eventos, reuniões estratégicas, audiência públicas e reuniões com o Executivo para discutir o tema.



**DEFENSORIA PÚBLICA
E CONSELHO TUTELAR:**
*Unindo esforços para a
efetivação dos Direitos de
Crianças e Adolescentes.*





Outro ponto de destaque são as relações institucionais da ANADEP com as demais carreiras do sistema de Justiça, que se fortaleceram nos últimos dois anos. Durante encontros, os dirigentes discutiram pautas convergentes entre as Entidades e a importância do fortalecimento do sistema de Justiça. Ao longo do ano, a Associação reuniu-se com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (ANAPE) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Um dos destaques foi a participação da ANADEP nos eventos da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), que tiveram como objetivo destacar a importância de fortalecer o sistema de Justiça.





Outro grande embate foi a corrida para derrubar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5296, proposta pela Advocacia-Geral da União (AGU), que questiona a autonomia da Defensoria Pública da União.



No âmbito do Poder Judiciário, a ANADEP reuniu-se diversas vezes com os ministros do STF para dialogar sobre as ações em andamento e para levar informações sobre o papel e o trabalho dos defensores públicos. A Associação ajuizou diversas manifestações que buscavam assegurar a autonomia da Defensoria Pública.

Conforme o presidente da ANADEP, Joaquim Neto, a atuação da ANADEP no STF foi um dos destaques desta gestão. "Nossa atuação na Corte foi um dos pilares de suporte da nossa Instituição. Tivemos julgamentos e decisões importantes que evitaram retrocessos e reafirmaram a nossa autonomia. Em maio de 2016, por exemplo, em um mesmo dia tivemos pautadas três Ações que foram ajuizadas pela ANADEP e que tratavam de particularidades dos estados do Amapá, da Paraíba e do Piauí. As manifestações buscavam assegurar a autonomia da Defensoria Pública e também assegurar os pleitos dos defensores públicos", pontua.

Uma das grandes vitórias da Defensoria Pública na Corte foi para destacar a legitimidade da Defensoria Pública para propor Ação Civil Pública. Por unanimidade de votos, o Supremo decidiu, no dia 7 de maio de 2015, que a Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação civil pública. No entendimento do STF, está não é uma atribuição exclusiva do Ministério Público. A decisão foi tomada em Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e seguiu o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia. A ANADEP acompanhou toda a votação e percorreu o gabinete dos ministros para entregar memoriais com dados acerca da atuação coletiva da Defensoria e para garantir que a ADI fosse julgada improcedente. Durante o julgamento, o renomado advogado Pedro Lenza, que fez a sustentação oral pela ANADEP, postulou a improcedência da ação e a ilegitimidade ativa da Conamp para questionar a constitucionalidade da norma.



Ao longo dessa gestão, a luta no STF foi pela defesa de prerrogativas em todos os níveis. Foram várias as conquistas através de liminares em ações relacionadas às Defensorias da Bahia, do Goiás, de Minas Gerais, do Paraná e do Rio Grande do Norte.





Uma das grandes inovações desta gestão foi a criação da Campanha Permanente da ANADEP. Com o mote "Garantir o seu direito é nosso maior feito", a iniciativa teve por objetivo destacar a representatividade da Defensoria Pública para a sociedade e a atuação do defensor público estadual nas principais demandas que afligem a população. A campanha teve vários eixos de atuação: entrega de material gráfico aos deputados e senadores; veiculação de spot em rádios de todo o país; veiculação do vídeo institucional em emissoras locais e na Globo Nacional; divulgação de peças e depoimentos nas redes sociais.



06/04/2016 - 17:25

Inédito: TV Câmara veiculará vídeo da Campanha "Garantir o seu direito é nosso maior feito"

Fonte: ANADEP
Estado: DF



Pela primeira vez, a TV Câmara – canal exclusivo da Câmara dos Deputados, que transmite as sessões plenárias e os principais programas sobre a política brasileira – veiculará o vídeo da Campanha da ANADEP "Garantir o seu direito é nosso maior feito". O espaço cedeu foi uma solicitação do deputado Diego Garcia (PHS/PR).

29/07/2016 - 16:58

Rede Globo veicula vídeo da Campanha "Garantir o seu direito é nosso maior feito"

Fonte: ANADEP
Estado: DF



A partir dessa semana, a Rede Globo veiculará o vídeo da campanha "Garantir o seu direito é nosso maior feito", promovida pela ANADEP (Associação Nacional dos Defensores Públicos). O espaço foi uma parceria entre a Associação Nacional e a emissora através do Instituto Inovare. O filme institucional será exibido durante os intervalos de toda a programação na vinheta do Globo Cidadania.

O vídeo é educativo e explica como funciona a Defensoria Pública e traz ainda detalhes da atuação dos Defensores, como, por exemplo, em casos de falta de medicamentos em hospitais e de problemas para conseguir vagas em creches.

Clique aqui para ver o vídeo

14/07/2016 - 20:34

Parceria entre ANADEP e ABERT marca segunda fase da Campanha "Garantir o seu direito é nosso maior feito"

Fonte: Asscom ANADEP
Estado: DF



O presidente da ANADEP, Joaquim Neto, reuniu-se nesta quinta-feira (14) com o diretor geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Luis Roberto Antonik, e com o diretor para assuntos legais e institucionais da ABERT, Cristiano Lobato Flores, para discutir parceria entre as Entidades. A ideia é divulgar em todo o país, por meio de suas afiliadas, o spot de rádio e o vídeo institucional da Campanha "Garantir o seu direito é nosso maior feito".

Dia Nacional do Defensor Público é comemorado com campanhas voltadas à população



#DefesasColetivas

Em 2015, a ANADEP, em parceria com a Associação Nacional dos Defensores Públicos do Rio de Janeiro (ADPERJ) e da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPE-RJ), lançou a Campanha Nacional "Defesas Coletivas: transformando a causa de um no benefício de todos" e do programa "Caravana de Direitos". A atividade contou com uma grande ação social junto a moradores do Complexo do Alemão, para comemorar o mês do Defensor Público. Paralelamente a Associação Nacional elaborou diversas atividades para comemorar o mês da Defensoria Pública, entre elas: iluminação dos pontos turísticos no Estados, a exemplo o Cristo Redentor; assinatura de acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para fortalecer as Defensorias dos estados por meio de uma linha de crédito especial; lançamento do II Relatório Nacional de Atuações Coletivas; sessão solene na Câmara dos Deputados e no Senado; entre outras atividades.



Dando continuidade à Campanha Permanente, a ANADEP lançou a tradicional Campanha Nacional dos Defensores Públicos, no dia 5 de maio, em Brasília, com o tema "Acesso à Saúde: garantir o seu direito é nosso maior feito". Além do evento oficial, houve um calendário de atividades, que foi executado ao longo de todo o mês. O chamado maio-verde teve atendimentos à população, sessões solenes em homenagem ao Dia do Defensor, palestras, iluminação de monumentos na cor verde (cor da Defensoria Pública), publicação de artigos na grande imprensa e participação em programas de televisão, rádios e jornais.



Acordo com o BNDES

Com o objetivo de fortalecer a Defensoria Pública em todos os estados, a ANADEP assinou no dia 19 de maio de 2015, no Rio de Janeiro, termo de cooperação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Secretaria de Reforma do Judiciário e o Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege) para trabalharem em conjunto para ações de modernização da gestão da Defensoria Pública, melhorias de instalações operacionais e de atendimento ao público. A expectativa é que todas as Defensorias Públicas estaduais do Brasil sejam convidadas a participar de uma oficina para que conheçam o projeto e possam manifestar seu interesse em associar-se ao programa.



Monumentos são iluminados de verde em homenagem ao Dia da Defensoria Pública





Ponto alto da ENADEP em 2015 foi a parceria com a Escola Nacional de Mediação do Ministério da Justiça (ENAM/MJ) por meio do curso "Fundamentos da Mediação para a Defensoria Pública". A iniciativa ultrapassou as expectativas e recebeu 5.709 inscrições contra as 4 mil vagas até então disponíveis. O curso foi estruturado para capacitar os diferentes atores envolvidos em resolução consensual de conflitos nos contextos de atuação da Defensoria Pública. O público-alvo foi composto por defensores públicos, servidores, estagiários e voluntários das Defensorias. Para falar mais sobre o curso oferecido pela ENADEP e ENAM, a Escola Nacional dos Defensores Públicos realizou cinco seminários regionais para mostrar ao público-alvo as particularidades do curso e também os benefícios das aulas para a formação acadêmica do participante. O seminário "Mediação: Um Novo Olhar sobre o Conflito" foi promovido em Fortaleza (CE); Belém (PA); Campo Grande (MS); Florianópolis (SC) e Belo Horizonte (MG).



ENADEP e ENAM

Com o objetivo de aprimorar a formação dos defensores públicos de todo o país e de oferecer cursos e novas opções de formação à categoria, a ANADEP, Escola Nacional dos Defensores Públicos (ENADEP), Secretaria da Reforma do Judiciário e Escola Nacional de Mediação (Enam/MJ) firmaram em 2015, termo de cooperação. A ideia é buscar o fortalecimento da cultura de resolução alternativa de conflitos.



2016

Na primeira AGE da ANADEP de 2016, a diretora da Escola Nacional dos Defensores Públicos (ENADEP), Fernanda Mambrini Rudolfo, aproveitou o momento para apresentar aos participantes o novo calendário de atividades da Escola e para formalizar a construção de novos projetos. Ao longo do ano, vários eventos foram promovidos com apoio acadêmico da ENADEP.

Também este ano, durante AGE, foi escolhido o nome da publicação oficial da ANADEP e da ENADEP: A "Revista da Escola da Associação Nacional dos Defensores Públicos", que será construída a partir do envio de artigos e colaboração de defensores públicos de diversas regiões do país. A Revista tem por objetivo colaborar para o aperfeiçoamento dos membros da Instituição, permitindo a troca de experiências e estimulando a constante capacitação, além de levar o conhecimento a outros atores jurídicos, estudantes de Direito e quaisquer interessados em compreender os temas expostos.

Comissão de Diversidade Sexual da ANADEP promove Fórum LGBTI

A Comissão de Diversidade Sexual da ANADEP, que tem como coordenador o defensor público do Pará Sérgio Lima, promoveu em 2016 duas edições do Fórum de Defensorias Públicas e Direitos LGBTI. O primeiro evento foi no Rio de Janeiro, no dia da Visibilidade Trans, e o segundo foi no Pará, com foco no empoderamento e na visibilidade lésbica por meio do tema "Mulher Lésbica Cidadã".



Comissão da Saúde

A Comissão de Saúde da ANADEP, a Escola Nacional dos Defensores Públicos do Brasil (ENADEP), a Associação dos Defensores Públicos do Rio de Janeiro (ADPERJ) e a Defensoria Pública do Rio de Janeiro promoveram nos dias 1º e 2º de dezembro de 2016, no auditório da Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, a 1ª Qualificação dos Defensores Públicos em Saúde Pública. Entre os temas que foram discutidos estão: alteração da Lei nº 8.080/90: integralidade e critérios de incorporação de tecnologias em saúde; mediação sanitária, experiências exitosas e os comitês de resolução administrativa; incorporação de tecnologias em saúde; a estratégia da medicina baseada em evidências e assistência farmacêutica.



REALIZAÇÃO:

Comissão de Saúde da



APOIO:

Além disso, a Comissão Especial de Saúde da ANADEP lançou nota pública manifestando-se sobre o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), que trata do fornecimento de medicamentos não disponíveis na lista do Sistema Único de Saúde (SUS) e de medicamentos não registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O julgamento começou no dia 15 de setembro de 2016 e foi interrompido por um pedido de vista.



CICLO DE PALESTRAS

Um novo olhar sobre a Defensoria Pública

Realização:



Apoio:



Ciclo de palestras

A cidade de João Pessoa (PB) sediou em agosto de 2016 o Ciclo de Palestras 'Um novo olhar sobre a Defensoria Pública'. O evento foi promovido pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), Escola Nacional dos Defensores Públicos do Brasil (ENADEP), Associação Paraibana de Defensores Públicos (APDP-PB) e Defensoria Pública do Estado (DPE-PB). A ideia foi promover o debate em torno da capacitação e do aprimoramento dos defensores públicos, além de proporcionar a troca intelectual e de experiências. Entre os principais assuntos a serem discutidos estão: A arte de Defender; A Defensoria como Metagarantia; Defensoria Pública e a importância da atuação extrajudicial; Constelações Familiares e um olhar sistêmico sobre o Direito; Feminismo como crítica do direito; o Orçamento da Defensoria Pública; e as pessoas em situação de rua: questões sobre o Estado defensor e direitos humanos.



Diálogo e parceria



ANADEP e SDH discutem proposta de parceria para a realização de cursos voltados a defensores públicos.



ANADEP, ENADEP, CNJ e Depen discutem proposta de curso sobre audiência de custódia.



A educação em direitos é uma das mais importantes atribuições dos defensores públicos. É essa disseminação de conhecimento que solidifica o papel institucional da Defensoria Pública como agente de efetiva transformação social, possibilitando, ainda, a ampliação do exercício dos demais papéis da Instituição. Com o objetivo de fomentar essa promoção da cidadania, da Justiça e da inclusão social, foi lançado o Projeto Falando Direito, ação promovida pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep), Associação dos Magistrados do Distrito Federal (AMAGIS-DF) e a empresa Aula Móvel.

Em dezembro de 2016, cerca de 100 alunos participaram, no auditório externo do Superior Tribunal de Justiça (STJ), da formatura oficial da 1ª turma do Projeto Falando Direito. A solenidade foi marcada por muita emoção. Animados, alguns alunos fizeram, inclusive, uso da tribuna para narrar a experiência de terem sido selecionados para o projeto. Um dos momentos mais marcantes foi a participação do advogado Vitor Sampaio, ex-estagiário da Defensoria Pública do DF e aluno da 1ª turma do Projeto Falando Direito. Ele ficou responsável pela leitura do manifesto de criação do Instituto Brasileiro de Educação em Direito e em Fraternidade. O objetivo é fortalecer o Projeto Falando Direito, facilitando o acesso à educação e a difusão da cultura da fraternidade, especialmente aos estudantes.





Programa lançado para repensar o sistema carcerário brasileiro e também para construir de forma sinérgica a prestação jurisdicional dentro das unidades prisionais.



Em dezembro de 2015, mais de 200 pessoas participaram do lançamento do **Projeto "Defensoria no Cárcere"**, que ocorreu na Casa Civil – Palácio Henrique de La-Rocque, em São Luís (MA). A iniciativa, que teve apoio do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ), da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep), da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) e da Defensoria Pública da União, tem como objetivo aprimorar e uniformizar a atuação da Defensoria Pública nos estabelecimentos prisionais em todo o país. A ideia é instrumentalizar o defensor público com ferramentas necessárias ao desempenho de sua função institucional e contribuir de forma efetiva na transformação da realidade do cárcere no Brasil.



O lançamento contou com palestras de diversos especialistas e pessoas que atuam frente às penitenciárias brasileiras como representantes da *Human Rights Watch* e o padre Valdir Vieira, da Pastoral Carcerária.

Já o encerramento ocorreu no maior presídio maranhense – o Complexo Penitenciário de Pedrinhas – onde foi realizado o curso de capacitação sobre inspeção nos estabelecimentos penitenciários.



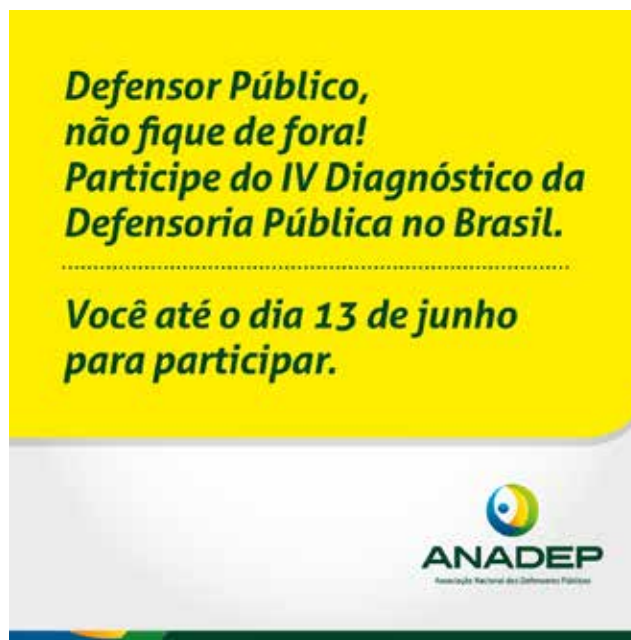


Trazer um mapeamento das Defensorias Públicas e conhecer de perto as principais reivindicações dos defensores públicos. Este foi o principal objetivo do **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil**. O estudo contou com a participação da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) e da Defensoria Pública da União, que, além de integrarem a Comissão, tiveram papel decisivo na sensibilização e mobilização dos defensores para o preenchimento dos questionários.

Conforme a pesquisa, atualmente faltam defensores públicos em 63% das comarcas brasileiras. Ou seja, há 5.528 defensores atuando em 985 das 2.680 comarcas do País. Estimativa do Ministério da Justiça aponta que o ideal seria um defensor público para atender até 15 mil pessoas.

O estudo faz parte do projeto fortalecimento do acesso à Justiça no Brasil, uma parceria entre Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (SRJ/MJ), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O diagnóstico servirá para contribuir com as reformas judiciais em curso. A ideia é dar continuidade à série histórica de pesquisas sobre a Defensoria Pública no Brasil.

*Dados dos Diagnóstico.





A agenda internacional da Associação Nacional durante esta gestão foi bastante intensa. Entre as principais pautas destacam-se reuniões da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF), encontro da Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (Redpo), participações nos eventos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Organização das Nações Unidas (ONU), discussões acerca dos Guias para a Defensoria Pública na Proteção Integral das Pessoas Privadas de Liberdade, agenda do BLODEPM e sorteio para intercâmbios nos países membros da AIDEF.



Defensores Públicos participam de intercâmbio do BLODEPM no Chile

As defensoras públicas estaduais Monique Rodriguez da Cruz (AM) e Rivana Barreto Ricarte de Olivera (AC) participaram do Programa de Intercâmbio do Bloco dos Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM), que ocorreu em Santiago (Chile), em outubro de 2016. O foco do intercâmbio foi a área penal e teve como objetivo fortalecer o modelo da Defensoria Pública por meio da troca de experiências e de conhecimentos. Também compuseram o grupo defensores da Argentina, Uruguai e Venezuela. Um dos destaques da agenda do intercâmbio foram as visitas à Cidade da Justiça – que engloba os prédios da Defensoria Pública, Ministério Público e os Fóruns Judiciais. O Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Apelações de Valparaíso também estavam na agenda. O grupo acompanhou audiências e atendimentos aos presos. Já em abril de 2015, o defensor público do Pará Johny Fernandes Giffoni foi selecionado pela Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEP) para participar do Programa de Intercâmbio do Paraguai, que será realizado de 24 a 31 de maio. A iniciativa é voltada para defensores públicos de países que integram a AIDEP.



ANADEP preside GT de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade do BLODEPM

Em outubro de 2016, a ANADEP foi escolhida para participar do Grupo de Trabalho de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. A presidência do GT foi entregue à ANADEP com a missão de levantar toda a legislação e atuação no Bloque referente às pessoas idosas privadas de liberdade. “Trata-se de importante pauta de atuação interinstitucional que pode unir mais ainda os países do Mercosul”, explicou Patrícia Magno, que será a coordenadora do GT.

OEA aprova nova resolução para a autonomia e fortalecimento da Defensoria Pública

A Organização dos Estados Americanos (OEA) deu mais um importante passo em prol do fortalecimento da Defensoria Pública. Durante o 46º Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, que ocorreu em Santo Domingo (República Dominicana), de 13 a 15 de junho de 2015, foi aprovada a Resolução AG/RES nº 2887/2016. O documento intitulado “Promoção e proteção dos direitos humanos” tem por objetivo aprofundar o compromisso dos Estados-membros da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEP) e também normatizar o trabalho dos defensores na proteção dos direitos humanos. A Resolução aponta a importância da assistência jurídica gratuita e o papel das Defensorias Públicas na sociedade e, principalmente, para as pessoas em situação de vulnerabilidade. Ao todo, a Resolução apontou 21 pontos para serem trabalhados.





CIDH

Em maio de 2016, a CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) declarou, publicamente, que atravessava uma crise financeira que poderia levar à perda de quase metade de seus funcionários. Em nota, a Comissão também informou o cancelamento de duas sessões deliberativas e de todas as visitas de trabalho previstas para 2016. Neste sentido, a ANADEP, por meio da diretoria para assuntos internacionais, emitiu nota pública manifestando preocupação com a grave situação da CIDH e também para instar o Estado Brasileiro a que, na condição de liderança regional, destine especial atenção às necessidades de fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

ANADEP assume subcoordenação do Comitê Executivo da AIDEF

A ANADEP foi eleita para assumir a subcoordenação do Comitê Executivo da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF). À frente da Presidência ficará Andrés Mahnke Malschafsky – do Chile. A eleição ocorreu durante assembleia geral do conselho diretivo da AIDEF, em Assunção/Paraguai – local oficial do VII Congresso Internacional da AIDEF. A ANADEP, ao lado do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE), segue representando associativamente o país no Conselho Diretivo. As vice-presidentes da ANADEP, Marta Zanhi e Thaísa Oliveira, e o presidente do CONDEGE, Ricardo Batista participaram da assembleia.



VII Congresso AIDEF

Sob o tema “Defensoria Pública: Proteção e aplicação dos instrumentos de direitos humanos”, o VII Congresso Internacional da AIDEF foi realizado nos dias 4 e 5 de agosto de 2016, em Assunção (Paraguai). A AIDEF e a Defensoria Pública do Paraguai foram os responsáveis pela promoção do Congresso. O evento teve uma pauta diversificada de discussões com palestras, painéis, exposições e conferências com profissionais renomados de diversas áreas de atuação.



DPI

Rivana Ricarte Oliveira é a primeira Defensora Pública Estadual indicada para ocupar o cargo de Defensor Público Interamericano. Até hoje, o Brasil havia nomeado apenas homens para o cargo. Natural da Paraíba, Rivana é Defensora Pública no Acre, desde 2002. Ela terá um mandato de três anos perante a Corte IDH e continuará a atuar normalmente na DPE do Acre. Segundo ela, antes de ser escolhida, em agosto de 2016, já havia participado de três certames.





Uma das principais lutas da ANADEP foi pelo fortalecimento da Defensoria Pública a nível nacional. A Associação esteve em diversos estados para garantir a implantação correta da Instituição e para garantir as prerrogativas dos defensores públicos.



Reunião debate realização do concurso para defensor público no Amapá

O presidente da ANADEP, Joaquim Neto, reuniu-se com a secretária de Estado da Administração do Amapá, Suelem Furtado. A pauta prioritária do encontro foi a realização do 1º concurso para defensor público do Estado. Também participou do encontro o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Tocantins, Neuton Jardim, que será o coordenador da Região Norte na próxima gestão.

Além de explicar algumas questões burocráticas locais, Suellem Furtado solicitou à ANADEP um estudo sobre as Defensorias Públicas do país. De acordo com ela, “o documento auxiliará na construção da programação do certame e na construção do perfil da Instituição local”. A secretária informou que já foram realizadas algumas visitas às Defensorias Públicas de outros estados para conhecer a realidade e o funcionamento da Defensoria Pública.



Joaquim Neto fez um retrospecto da atuação da ANADEP para implantar efetivamente a Defensoria Pública no Amapá. Mencionou reuniões com os representantes do Executivo e a ADI 5286 – ajuizada pela ANADEP para questionar dispositivos da Lei Complementar 86/2014, do Estado do Amapá, que tratava da reorganização e reestruturação da Defensoria Pública naquele estado e da carreira de seus membros.

Avanços em Goiás

Atualmente Goiás conta com 59 defensores públicos estaduais em atuação. Um avanço para um dos últimos estados a ter a Defensoria Pública instalada. Já em 2015, a ANADEP participou da posse dos 12 primeiros defensores públicos concursados do Estado. Em julho de 2015, ocorreu a segunda posse de defensores públicos do Estado de Goiás. A solenidade ocorreu no Palácio Conde dos Arcos, na Cidade de Goiás/GO.



A pedido da Associação Goiana de Defensores Públicos, a ANADEP criou um grupo de trabalho para acompanhar as questões sobre a expansão da Defensoria Pública de Goiás. O GT foi formado por vários defensores públicos do país e foi orientado pelo coordenador da região Centro-Oeste, Fábio Monteiro. Os presidentes Joaquim Neto (ANADEP) e Victor Ulhôa (AGDP) acompanharam ao longo do ano as diretrizes dos trabalhos.

Frente Parlamentar

Para garantir que o crescimento da Defensoria Pública não paralisasse, a Associação Nacional promoveu em 2015 a audiência pública “A importância da Defensoria Pública para a população goiana”. O encontro foi realizado no Auditório Solon Amaral, em parceria com a Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP) e a Associação Goiana de Defensores Públicos (AGDP). A audiência pública teve por objetivo sensibilizar os representantes dos Poderes Legislativo e Executivo sobre a necessidade de fortalecer a Instituição, destacar o papel do defensor público para o acesso à Justiça e também buscar apoio da sociedade civil organizada na ampliação da Defensoria estadual. Na ocasião ficou definido que a Assembleia Legislativa de Goiás iniciaria a coleta de assinaturas para criar a Frente Parlamentar para a consolidação da Defensoria Pública.

Paraná

2015 foi um ano difícil para a Defensoria Pública do Paraná. Durante todo o ano, a ANADEP e a Associação dos Defensores Públicos do Paraná lutaram para que não houvesse retrocesso na consolidação da Instituição. Desde sua criação, a DPE-PR sobrevive com base em liminares do STF. Ao todo foram 4 decisões e nenhuma plenamente cumprida. Em relação ao orçamento para 2016 o corte chegou a 70%. Por isso, a ANADEP ao longo dos meses marcou diversas audiências com ministros da Corte e com o Executivo local para debater a situação.



Em 2016, a Defensoria Pública do Paraná deu um passo importante com a chegada de 42 novos defensores públicos que foram aprovados no concurso que se iniciou em 2014. A ADEPAR celebrou essa chegada com muita festa e orgulho, já que tem reivindicado constantemente um aumento no quadro de defensores e também melhores condições de trabalho.

A Defensoria Pública foi instituída no Paraná com 23 anos de atraso, já que está prevista na Constituição Federal de 1988.



Santa Catarina

O presidente da ANADEP, Joaquim Neto, participou da posse do primeiro Defensor Público-Geral de carreira do Estado de Santa Catarina. O defensor público Ralf Zimmer Júnior foi nomeado para o cargo por ato do governador Raimundo Colombo. Zimmer constou da lista tríplice dos defensores públicos, integrada também por Ana Carolina Cavalin e Dayana Luz. Ralf Zimmer entrou por concurso na primeira turma e sucede o advogado Ivan Ranzolin. Para a ANADEP, a posse foi um momento especial e marcou mais uma etapa no fortalecimento e na busca pela autonomia plena da Instituição.



Ainda no mês de maio de 2016, a vice-presidente da ANADEP, Marta Zanchi, participou de audiência pública para debater os três anos da Defensoria Pública do Estado.




MARCO 13 | ANADEP entra com Ação no STF para garantir políticas públicas às mulheres e crianças afetadas pelo Vírus Zika no Brasil



Em agosto, a ANADEP ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade cumulada de Arguição de Preceito Fundamental no Supremo Tribunal Federal (STF) com objetivo de exigir a garantia de direitos violados pela epidemia do Vírus Zika no Brasil e destacar a necessidade de políticas públicas efetivas às mulheres e crianças afetadas pela doença. A ação judicial foi fruto de um esforço coletivo de pesquisadores, ativistas e especialistas da área jurídica. A expectativa é que o julgamento da Ação ocorra em 2017.

#SíndromeZikaeosDireitos
#MulheresdaEpidemia

*ANADEP entra com Ação no STF
para garantir políticas públicas
às mulheres e crianças afetadas
pelo Vírus Zika no Brasil*

 **anis**
instituto de bioética

 **ANADEP**
Associação Nacional dos Defensores Públicos



Em 2015, um grande passo foi dado para o fortalecimento da Defensoria Pública. A Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF) e a Defensoria Pública da União (DPU) assinaram a proposta de criação do Conselho Nacional da Defensoria Pública (CNDP). O texto do CNDP foi construído pela ANADEP, ANADEF, CONDEGE e DPU. O documento foi discutido dentro de uma série de reuniões entre dirigentes de entidades. O debate intensificou-se no âmbito da Comissão Nacional da Defensoria Pública, coordenada pela Secretaria da Reforma do Judiciário (SRJ/MJ). A Comissão teve como objetivo fortalecer, aperfeiçoar e sistematizar o regime jurídico relacionado à Defensoria Pública e desenvolver políticas para facilitar o acesso à Justiça.



Desde o início, a ANADEP democratizou o debate sobre a criação do órgão. O texto enviado ao Ministério da Justiça foi construído a partir de sugestões remetidas por defensores públicos de todo país, com ênfase no tratamento simétrico entre os atores públicos do sistema de Justiça e na participação efetiva da sociedade civil. Além dos encontros na sede da Associação para debate do tema e, periodicamente, junto à Comissão, no Ministério da Justiça, representantes da ANADEP já apresentaram o texto a vários integrantes do Executivo.



No entanto, por conta do atual cenário político no Legislativo e recentes posicionamentos na Corte superior, foi suspenso o encaminhamento do projeto relativo ao Conselho para o Congresso Nacional.



Mais de 700 profissionais de todas as regiões do país participaram do **XII Congresso Nacional de Defensores Públicos**, promovido de 4 a 7 de novembro, em Curitiba (PR). Antes da abertura oficial do Congresso, foram realizadas reuniões setoriais, oficinas e painéis com defensores públicos para aprofundar os debates em torno do tema central – Defensoria como Metagarantia: transformando promessas constitucionais em efetividade”.

A ANADEP, em parceria com a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Paraná (ADEPAR), convidou defensores públicos e especialistas renomados para o XII CONADEP, com o objetivo de debater com a categoria o futuro da Defensoria Pública e os caminhos para o seu fortalecimento nacional. As palestras contribuíram para discutir o papel do defensor público como agente de transformação social e garantidor da defesa dos direitos humanos. Foram abordados temas como o direito a ter direitos, o problema do sistema carcerário brasileiro, o atendimento à população em situação de rua e o acesso à Justiça nas mais diversas áreas (consumidor, família, saúde).



A palestra de encerramento com o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto foi o ponto mais marcante do evento. No encerramento os ex-dirigentes da ANADEP, Patrícia Kettermann e Stéfano Pedroso foram homenageados.



ANADEP e ADEPESC lançam identidade visual do XIII CONADEP

A ANADEP e a Associação dos Defensores Públicos de Santa Catarina (ADEPESC) já lançaram a identidade visual oficial do **XIII Congresso Nacional dos Defensores Públicos**. O evento será realizado de 15 a 17 de novembro de 2017, em Santa Catarina. De acordo com o presidente da ANADEP, Joaquim Neto, há uma comissão científica, com representantes de vários estados, cuidando especialmente do CONADEP.



MARCO 16 | Diálogo permanente com o CONDEGE



A ANADEP e o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) intensificaram as relações nesta gestão. Além da participação em todas as reuniões ordinárias mensais, a Associação Nacional focou no diálogo permanente sobre temas comuns e a busca conjunta de soluções sobre assuntos institucionais. Além disso, promoveu parceria no lançamento das Campanhas Nacionais e outros eventos de capacitação da categoria.





NOVOS CONVÊNIOS:

VOLVO
ALAMO RENT A CAR
NATIONAL RENT A CAR
ENTERPRISE RENT A CAR
MOVIDA RENT A CAR
UNIDAS RENT A CAR
MAGAZINE LUIZA
VILA GALÉ
LATAM TRAVEL
FORD
ATLÂNTICA HOTELS
HPLUS
BOTICÁRIO
MUNDO APPLE
MISTRAL ONLINE
ATS BLINDADOS
FOGO DE CHÃO NACIONAL
MABU HOTEIS E RESORTS
SALA VIP CLUB - AEROPORTO JK

FARMÁCIAS E DROGARIAS QUE ADERIRAM AO EPHARMA:

DROGARIA SÃO PAULO
DROGASIL
DROGA RAIA
PAGUE MENOS
PANVEL

RENOVAÇÕES COM MELHORIAS NO DESCONTO:

LATAM - era 7% de desconto - agora é 10%.
POLISHOP - era 10% de desconto - agora é 20% de desconto.

NEGOCIAÇÕES AVANÇADAS PARA 2017:

(Previsto para o segundo trimestre de 2017)

MITSUBISHI MOTORS
SUZUKI MOTORS
AUDI

O **Clube de Vantagens ANADEP** é um sucesso entre os associados da Entidade. A plataforma contém vários benefícios exclusivos nacionais e estaduais.

Uma das características do convênio é a diversidade de serviços que englobam vários setores como: hotelaria (disponibilidade de hotéis em vários estados a nível nacional); serviço de beleza com parceria com spa's, clínicas de estética e lojas de produtos de beleza; roupas e sapatos; eletroeletrônico; entretenimento; móveis e decoração; livraria e música; veículos e montadoras; serviços e seguros; escolas, faculdades e cursos; academia; pacotes de viagem; serviços de saúde e farmácia; entre outros.

Para mais informações sobre cada empresa, acesse a Plataforma de Convênios na área restrita do site da ANADEP:

www.anadep.org.br

Caso você tenha o cadastro e não se lembre da senha e/ou login, encaminhe um email para **anadep@anadep.org.br** ou ligue para **61 3963-1747** para obter novo registro. A liberação do cadastro depende da confirmação de que o defensor é associado. O prazo de aprovação é de 72 horas. Assim que o acesso for autorizado, o associado receberá um e-mail.



Uma das novidades desta gestão foi a implantação da **Diretoria de Comunicação**. A ideia é divulgar de forma planejada e estratégica as iniciativas da ANADEP e do trabalho dos defensores públicos estaduais. Nos últimos dois anos, o departamento foi coordenado pelo defensor público André Vilas Boas (RO) e teve por objetivo construir um relacionamento claro e direto com os diversos públicos da Entidade. Além disso, a diretoria de comunicação, ao lado da equipe da assessoria, buscou desenvolver peças, campanhas e outras ações para reforçar a importância da ANADEP como entidade representativa dos Defensores Públicos estaduais e também para promover ações de educação em direitos divulgando o trabalho da categoria.

A partir de 2016, a assessoria de comunicação da ANADEP implantou algumas novidades. Este ano, foram trabalhadas duas campanhas (permanente e nacional). Também foi definido um calendário com datas temáticas (Dia Nacional do Idoso, Dia de combate à violência doméstica, Dia das crianças). Ao longo do ano, foram publicados nas redes sociais várias peças relacionadas à educação em direitos e à atuação dos defensores públicos. A ANADEP buscou ainda o engajamento em campanhas sociais como o Outubro Rosa e o Novembro Azul.

Para priorizar o relacionamento institucional, a Associação Nacional continuou também a política de veicular as matérias remetidas pelas Associações Estaduais e Defensorias Públicas. O material é disponibilizado no site, além de redes sociais como o twitter e o facebook.

O departamento de comunicação também preocupou-se em realizar um trabalho coordenado para atingir o público-alvo da ANADEP como: defensores públicos e Associações Estaduais; os Três Poderes, com principal foco no Legislativo; a imprensa e a sociedade.

A equipe buscou dialogar semanalmente com os principais veículos de imprensa para ocupar os espaços e também divulgar a importância da ANADEP e dos defensores públicos como agentes de transformação social e para o acesso à Justiça. Confira abaixo um resumo da participação da ANADEP na mídia.





Prestação de assistência jurídica integral e gratuita é papel da Defensoria Pública



Justificando

Mentres inquietas pensam Direito.

Quarta-feira, 31 de janeiro de 2017

HOME | COLUNAS | COLUNISTAS | PROGRAMAS | LI

Artigos » Estatuto da Criança e do Adolescente: o último ano, o próximo ano, a próxima década



Elias Costa Cruz
Defensor Público do RJ

Terça-feira, 12 de julho de 2016

Estatuto da Criança e do Adolescente: o último ano, o próximo ano, a próxima década



Programa de rádio da Defensoria Pública do Paraná compartilhe conhecimento

100 comentários 10 1 1 1



18 PARA 16

Defensores públicos prometem lutar para impedir redução da maioria penal

13 de abril de 2015, 17h22

Impedir Enviar 1407 1 2

A Associação Nacional dos Defensores Públicos afirmou nesta segunda-feira (13/4) que trabalhará em conjunto com as entidades que representam as defensorias estaduais para impedir a aprovação da proposta de emenda à Constituição 171/1993, que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal.

A primeira linha de atuação da entidade é alertar os deputados federais sobre os riscos da aprovação do projeto. Se os esforços dos defensores não forem suficientes e a PEC 171/1993 for aprovada, a Anadep estuda mover Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para sustar os efeitos da norma.

Como passo inicial, a associação enviou nota técnica aos deputados explicando por que a redução da maioria penal seria prejudicial ao país. Um dos argumentos apresentados pelos defensores é o de que a PEC 171/1993 não diminuirá os índices de violência.





Saúde 1

Defensoria faz mutirão para orientar cidadãos

Defensores públicos do DF fazem hoje um mutirão de orientação jurídica a quem tem problemas para conseguir acesso a serviços públicos de saúde ou enfrenta impasses com planos privados. Basta comparecer à praça da Câmara Legislativa, às 9h, com documentos pessoais, laudos, exames ou quaisquer provas de procedimentos solicitados. De acordo com a Associação Nacional dos Defensores Públicos, demandas da área, como falta de medicamentos ou vagas em UTI, estão entre as mais requisitadas. © METRO BRASÍLIA

Saúde 1

Defensoria faz mutirão para orientar cidadãos

Defensores públicos do DF fazem hoje um mutirão de orientação jurídica a quem tem problemas para conseguir acesso a serviços públicos de saúde ou enfrenta impasses com planos privados. Basta comparecer à praça da Câmara Legislativa, às 9h, com documentos pessoais, laudos, exames ou quaisquer provas de procedimentos solicitados. De acordo com a Associação Nacional dos Defensores Públicos, demandas da área, como falta de medicamentos ou vagas em UTI, estão entre as mais requisitadas. © METRO BRASÍLIA





ANADEP

Associação Nacional dos Defensores Públicos

SCS Quadra 01 | Bloco M | Ed. Gilberto Salomão | Conj. 1301 | Brasília/DF

Tel | Fax: +55 61 3963 1747 | 3039 1763

anadep.org.br

 ANADEP.oficial  anadepbrasil  @ANADEP_Brasil